



TRAGÉDIA NA INDONÉSIA

Para trazer Juliana, Lula revogará decreto

Depois de ser atacado nas redes sociais devido à determinação legal que impede transladar, com recursos públicos, corpos de brasileiros que morrem no exterior, presidente anuncia que governo arcará com custos do retorno dos despojos da jovem

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, que o governo federal vai custear o traslado do corpo da brasileira Juliana Marins, de 26 anos, que morreu após cair de uma encosta da trilha para o topo do Monte Rinjani, na Indonésia. Ele telefonou para o pai da jovem, Manoel Marins, que está no país asiático, e garantiu que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) prestará todo o apoio necessário à família. Mas, para poder realizar o transporte do corpo, Lula revogará o Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, que impede o uso de recursos públicos para esse fim.

“Vocês viram que, sábado, uma brasileira que estava na Indonésia fazendo uma subida em volta de um vulcão caiu e ficou sábado, domingo, segunda. Foi resgatada apenas ontem. É uma brasileira do Rio de Janeiro, de Niterói. Essa moça, a Juliana, era uma moça nova. Ela morreu e fui descobrir que tinha um decreto-lei que não permitia que o nosso Ministério das Relações Exteriores (MRE) pudesse trazer o corpo dessa moça para cá. É um decreto de 2017. Quando chegar em Brasília, agora, vou revogar esse decreto e vou fazer um outro para que o governo brasileiro assuma a responsabilidade de custear as despesas da vinda dessa jovem para o Brasil com sua família”, anunciou Lula, em evento na Favela do Moinho, na região central de São Paulo.

O impedimento legal para a União repatriar o corpo de brasileiros que morrem no exterior foi mais uma razão de desgaste para o governo, que sofreu vários ataques nas redes sociais — sobretudo dos bolsonaristas. A negativa do MRE deu munição à oposição na Câmara dos Deputados, que foi às plataformas anunciar que encaminharia um projeto de lei ao Plenário que permitiria ao governo bancar os custos do traslado dos restos mortais de um brasileiro cuja família não tenha condições de arcar com as despesas. Ao mesmo tempo, o senador Romário (PL-RJ) apresentou um projeto com o mesmo objetivo e o

Instagram pessoal



Oposição atacou governo por não se prontificar a repatriar o corpo de Juliana (abraçada à irmã Mariana)

anunciou nas redes sociais.

Os bolsonaristas chegaram a comparar o caso de Juliana com o asilo diplomático que Lula deu à ex-primeira-dama peruana Nadine Heredia, para a qual enviou um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) ao Peru para trazer a mulher do ex-presidente Ollanta Humala. Outros ainda lembraram da mobilização da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, no resgate do cavalo Caramelo, preso em um telhado durante as enchentes do Rio Grande do Sul no ano passado.

Antes de Lula anunciar que o governo revogaria o decreto e

cuidaria da volta do corpo de Juliana, o ex-jogador de futebol Alexandre Pato — que jogou no Corinthians e no São Paulo — anunciou que arcaria com os custos do traslado e que manteve contato com a família da jovem oferecendo o auxílio. Por sua vez, a Prefeitura de Niterói, de onde ela é natural, também se prontificou a custear a repatriação do corpo.

Viabilidade

No Palácio do Planalto, chegou-se até mesmo a aventar a utilização de uma brecha

na legislação sob o argumento de que trata-se de uma situação de caráter humanitário. “A assistência consular não compreende o custeio de despesas com sepultamento e traslado de corpos de nacionais que tenham falecido do exterior, nem despesas com hospitalização, excetuados os itens médicos e o atendimento emergencial em situações de caráter humanitário”, diz o decreto, que regulamenta a Lei de Migração, também de 2017. A compreensão da legislação brasileira é de que esse tipo de traslado é de interesse e responsabilidade individual

Instagram pessoal



Vaquinha criada em: 18/06/2025

Ela sempre amou as montanhas. Dizia que lá em cima o mundo parecia mais leve, como se os problemas ficassem pequenos visto lá de cima. No

Ajuda o traslado do corpo de Juliana Marins

Advertência da família de que não há vaquinha para transladar o corpo



Vou revogar esse decreto e vou fazer um outro para que o governo assuma a responsabilidade de custear as despesas da vinda dessa jovem”

Presidente Lula, anunciando o auxílio à família de Juliana

repatriação do corpo da jovem.

No mesmo evento em São Paulo, Lula também falou sobre a conversa que teve, por telefone, com o pai de Juliana, Manoel Marins, na manhã de ontem. “O Manoel é uma pessoa muito madura, muito consciente. Ele agradeceu o telefonema e eu disse para ele: ‘Sei que não existe nada pior do que um pai, ou uma mãe, perder um filho. Na natureza, deveria morrer primeiro o pai e depois o filho, mas quando morre o filho primeiro, para o pai e para a mãe é um sofrimento que não tem cura nunca mais’”, lembrou o presidente.

DIREITOS HUMANOS

Estado indeniza família de Herzog pela tortura

» VANILSON OLIVEIRA

A Advocacia-Geral da União (AGU) e a família do jornalista Vladimir Herzog — assassinado nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, em 1975, durante a ditadura militar — formalizaram, ontem, um acordo de reparação que inclui uma indenização de aproximadamente R\$ 3 milhões por danos morais. A assinatura do pacto, que será homologado pela Justiça Federal, foi em cerimônia no Instituto Vladimir Herzog, na véspera da data em que o jornalista completaria 88 anos.

A negociação, conduzida pela Coordenação Regional de Negociação da 1ª Região e pela Procuradoria Nacional da União de Negociação (PNNE/PGU/AGU), representa o cumprimento de uma das principais recomendações da sentença da Corte Interamericana de Direitos

Humanos, proferida em 2018. Na decisão, o Brasil foi condenado por violar direitos fundamentais da família Herzog pela falta de investigação, responsabilização e reparação efetiva diante do crime que marcou a história da repressão política no país. A base legal utilizada no acordo inclui dispositivos da Constituição e a Lei 10.559/02, que regulamenta o regime de anistiados políticos no Brasil.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, classificou o acordo como um dos momentos mais importantes de sua gestão. “Gostaria de dizer que nada disso seria possível sem a generosidade do presidente Lula. Estamos aqui fazendo algo inédito, que é honrar a memória de Vladimir Herzog. Estou aqui simbolizando a luta da democracia pelo resgate da dignidade da família”, disse o ministro.

Acervo/Instituto Vladimir Herzog



Compensação à família de Vlado foi na véspera da data em que ele completaria 88 anos se vivo fosse

Outras famílias

Messias enfatizou que o acordo não deve ser isolado e que precisa reconhecer outras famílias, vítimas da repressão política na ditadura.

Segundo ele, a morosidade nos processos de reconhecimento representa uma grave forma de revitimização.

“A partir de hoje, estamos dando início a um novo momento na

Advocacia-Geral da União. O que estamos fazendo é reconhecer a responsabilidade do Estado. Isso também é advocacia pública”, afirmou.

Ivo Herzog, filho do jornalista, emocionou-se dizendo que o

reconhecimento vai além da indenização — é o reconhecimento de que o Estado violou os direitos de seu pai. “Esse pedido de desculpas não é apenas simbólico. É um ato que nos faz acreditar que o Brasil não pensa como o Estado brasileiro daquela época. A AGU, de uma maneira muito digna, respeitosa e humana, está fazendo seu papel de defender o Estado com esses valores de humanidade e, assim, rapidamente propôs um acordo para a família. Um acordo justo, equilibrado e, o mais importante, que nos deixa em segurança para cuidar daquela que foi a grande heroína dessa história — minha mãe. Gostaria de fazer um agradecimento não protocolar, mas de alma. Muito obrigado!”, disse Ivo.

O diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog, Rogério Sotilli, defendeu a necessidade de garantir justiça e reparação integral a todas as vítimas da repressão política no Brasil. “É um dia muito especial porque dialoga com um momento muito sensível da nossa democracia. Essa é uma resposta às ofensas e ameaças à nossa democracia”, salientou.